

## ***Independentes e Independências: formas de construção do anti-iberismo?***

Maria Filomena Barradas

Escola Superior de Tecnologia e Gestão || Instituto Politécnico de Portalegre

[filomenab@gmail.com](mailto:filomenab@gmail.com)

Do ponto de vista do público, o contacto com uma dada publicação periódica faz-se, em primeiro lugar, através do título atribuído a essa publicação.

Gerard Genette<sup>1</sup>, no seu estudo do título como forma paratextual, aborda sobretudo títulos de obras literárias, o que o leva a concluir que entre as funções que lhes são tradicionalmente atribuídas – nomear, apontar para o tema e seduzir o público – a primeira prevalece sobre as demais.

Intitular equivale a nomear: quer num caso, quer noutro, aquilo que se procura é investir no objecto ou no indivíduo uma marca de singularidade, que o distinga de objectos ou indivíduos semelhantes.

Uma vez que a identidade só é plena se assentar em mecanismos administrativo-sociais, o nome – e o título – carecem de um registo específico, responsável pela sua validação social. Da massa inominada emerge um corpo capacitado para a interacção com a comunidade.

Ora um título de imprensa é, também, uma marca destinada ao consumo. Nessa medida, o título *O Independente*, que chega ao mercado em 1988, pretende ser apelativo junto do seu público-alvo.

*O Independente* é um título transparente: o público reconhece a palavra e a constelação de conceitos a ela associados. Ser “independente” significa “não estar sujeito a outrem”, ser “livre”.

Ao longo deste artigo, tentarei demonstrar como o título *O Independente* actua ao nível da manipulação dos afectos do público ao apelar a um dos conceitos-chave da identidade nacional – a independência portuguesa – e se integra numa linhagem de

---

<sup>1</sup> Genette 1997: 55-103

títulos similares, que foram sendo publicados durante o século XIX e que contribuíram para a cristalização do ideário nacionalista e/ ou anti-ibérico.

Remontando o reconhecimento de Portugal como reino a 1179 e estando as fronteiras com Castela desenhadas desde 1297, poderia pensar-se que, chegado o positivista século XIX, em que Herculano desacredita o Milagre de Ourique – sobre o qual se fundara a crença providencialista da nação escolhida por Deus – a questão da “independência” estaria sanada. Porém, no século em que todas as estruturas políticas, sociais e administrativas se reorganizam e em que pela emergência da rede político-administrativa os indivíduos são incorporados no Estado – território delimitado e simbólico, onde nos podemos pensar em relação ao(s) Outro(s) – necessariamente é preciso repensar e redefinir o conceito de “independência”.

No processo de consciencialização acerca da nacionalidade, a imprensa desempenha um papel fundamental. Lugar de expansão da palavra e de homogeneização da língua, o jornal é também a arena onde se desenrola o combate ideológico, visando formar o público e torná-lo partidário das ideias defendidas ou combatidas. Mais de cinco mil títulos são publicados em Portugal, ao longo do século XIX, o que atesta bem o fulgor da imprensa nacional. A partir do catálogo da Biblioteca Nacional, *Jornais e Revistas Portugueses do Séc. XIX*, seleccionaram-se os jornais cujo título é (ou contém) os termos “independente” ou “independência”. Foram identificados cerca de trinta títulos. Nalguns casos, o título não parece relacionar-se com nenhum pressuposto ideológico de base; noutros casos, os jornais acabam por se relacionar com as diferentes etapas da constituição de Portugal, enquanto estado moderno. São esses que aqui serão abordados.

Entre 22 de Novembro de 1821 e 30 de Março de 1822 é publicado o primeiro *O Independente*, pela mão de Manuel Fernandes Tomás, um dos homens que pôs em marcha a Revolução de 1820. No jornal, faz-se eco das sessões parlamentares, onde os ideais liberais vão sendo transformados em legislação. Estamos perante a invenção do país liberal e constitucional e este *O Independente* é “independente” porque se opõe à ideologia absolutista, despótica, que até aí existia. É “independente” porque é “livre”, porque, ao dar conhecimento das sessões parlamentares está a (in)formar sobre a nova ideologia e sobre o novo Portugal.

Ser “independente” é encontrar a liberdade de expressão, proporcionada pela imprensa, que é “a mais poderosa alavanca da civilização e da liberdade. Graças a ela, as nações podem ascender intelectualmente, os cidadãos podem instruir-se e pode combater-se o despotismo”, lê-se n’ *O independente: jornal politico, litterario, e commercial* de 1836. Ideologicamente, advoga-se a “Monarquia conforme a Carta; liberdade com ordem; progresso com estabilidade; tolerância e respeito com todas as opiniões”.

Desde a Revolução Liberal até à Regeneração, o país foi dilacerado por lutas internas, não só entre liberais e absolutistas, mas também entre diferentes facções liberais, que encontravam na imprensa o espaço ideal para a expressão dos seus pontos de vista. Para os liberais, ser “independente” liga-se, assim, à necessidade de reinvenção do espaço político interno, de acordo com uma nova ideologia política.

A partir de 1851, importava consolidar o regime constitucional. Os interesses materiais do país – a implementação de uma rede viária e do caminho-de-ferro, o melhoramento das indústrias, o fomento do comércio e o aumento da produtividade agrícola – serão os objectivos perseguidos pelo ministério de Fontes Pereira de Melo. Este caminho de modernização só poderia ser feito através de uma aproximação à Europa, da qual resulta o inevitável sentimento de decadência, de que Antero se ocupará alguns anos depois.

É também pelo meado do século que a questão da união ibérica começa a ser teorizada, como forma de contrariar a falta de preponderância política e económica quer de Portugal, quer de Espanha. Dados à estampa por 1851, *A Ibéria* de Senibaldo de Más e os *Estudos Sobre a Reforma em Portugal*, de Henriques Nogueira como que abrem o caminho para que se passe a pensar a “independência”, enquanto relação com o exterior – e com Espanha.

A união ou federação ibérica ganhará adeptos e contestatários, de tal maneira que nas três décadas seguintes são publicados mais de cem títulos versando sobre esta temática. Não me interessando neste âmbito abordar a questão da literatura panfletária – onde se encontram desde projectos legislativos, como o “Projecto de Bases para a Constituição Federal dos Estados Unidos da Europa” a más epopeias com aquela de António Joaquim Álvares, *Os Lusos ou a Dominação de Portugal* (1865) – cingir-me-

ei, de novo aos jornais cujos títulos registem os termos “independente” ou “independência”.

Tais títulos não surgirão como resposta a textos fundamentais da doutrinação ibérica, como os acima nomeados. Estarão ligados à comemoração dos duzentos e vinte anos da Restauração. Assim, por 1861 são dados à estampa os jornais *Independencia: periodico anti-iberico* e *Portugal Independente – Jornal Anti-Iberico, Litterario e Noticioso*. Por 1867, é a vez de *A Independencia Nacional*.

O número único de *Independencia: periodico anti-iberico*, publicado no dia 1 de Dezembro de 1861, apresenta-se como resultado de uma “lembrança de última hora, resolução de véspera, tudo à última hora” e pretende ser uma publicação semanal, que reavive a memória da Restauração, sobre a qual transcorreram dois séculos.

Já *Portugal Independente* surge como um projecto jornalístico mais acabado. Logo no primeiro número, publicado a 5 de Outubro de 1861, num artigo assinado por José Augusto César de Vasconcellos, se tecem considerações acerca do perigo que Espanha representa para Portugal, cujos recursos de defesa são deficientes. No entanto, logo aí se sublinha que na independência portuguesa: “(...) a história e todas as tradições testemunham que o sentimento de liberdade é inato, só há corações que por ela palpitam, e pulsos para brandir armas que a defendam; mas que não há escravos com pulsos para algemas”. Numa carta, publicada nesse mesmo número e remetida por “um nosso amigo”, o 1º de Dezembro é referido como “mais um facto providencial, que estava marcado no livro das nações do mundo, do que um tenaz esforço de um povo oprimido”<sup>2</sup>.

A partir do segundo número começa a ser publicada a série “Hespanha e Portugal”. Sabê-lo-emos mais tarde, o redactor anónimo dos artigos é um espanhol que vai apresentando as razões pelas quais os portugueses recusam o iberismo, apesar de ele próprio o defender.

A defesa da união ibérica surge no quadro de outras unificações europeias, nomeadamente a italiana (1861), sendo recorrente a comparação entre a situação da Península Ibérica e da Península Itálica. Porém, diz-nos o redactor, os casos não podiam ser mais dissemelhantes: enquanto a Itália constitui uma nação “pelo menos desde o tempo de Dante” (nº 5), Portugal e Espanha nunca formaram uma única nação, nem

---

<sup>2</sup> *Portugal Independente* (1861), nº 1: 1-2

mesmo quando estiveram sob o mesmo governo. O iberismo, tal como o redactor o defende, terá de ter em consideração a “condição, a índole, o instinto, as tradições de todo o português”. Os portugueses têm consciência do deficiente estado da sua economia; porém, “o orgulho nacional e os seus devaneios ambiciosos, e as saudades do passado poderio” (nº 13) impedi-los-ão de serem ibéricos e de formarem com a Espanha uma unidade política, idêntica à da Bélgica ou à Suíça.

A ideia de “independência” começa, assim, a ligar-se a uma ideologia nacionalista. É certo, no entanto, que é complexo definir uma nacionalidade. Portugal e Espanha são muito semelhantes – em termos de língua e costumes, por exemplo – mas existem aspectos distintivos que são prova do carácter nacional português, como é o caso da literatura. O domínio filipino, que assentou na submissão portuguesa, acabou por estar na origem da recusa da integração em Espanha. Após 1640, o afastamento em relação a Espanha era inevitável.

O número 9 de *Portugal Independente*, publicado a 1 de Dezembro de 1861 e dedicado à memória de D. Pedro V<sup>3</sup>, pretende ser uma celebração da data da Restauração, através de vários textos alusivos. Graficamente, o texto a três colunas do jornal vai surgir numa moldura floral, o que lhe dá um aspecto distintivo e festivo. Encimando o artigo de abertura, “Salve! DIA 1º DE DEZEMBRO!”, reproduz-se a bandeira pessoal dos reis portugueses.

Trata-se de celebrar o dia em que ocorreu a “Gloriosa revolução de 1640!” e os “Heróicos filhos de Portugal” que restituíram “a liberdade ao nosso país, proclamando a independência da pátria”. Face à possibilidade de uma união ibérica – caracterizada como “utopia” – é imperativo celebrar esse momento em que a autonomia foi recuperada. A ideia de providência divina surge associada à ideia de Restauração. Não se trata de uma novidade, já que no período imediatamente posterior à Restauração se procurou justificar a subida ao trono de D. João IV, de acordo com a tradição providencialista<sup>4</sup>.

A publicação de números especiais, no 1º de Dezembro, como é o caso de *Independencia: periodico anti-iberico, Portugal Independente* ou ainda *Independencia*

---

<sup>3</sup> Esta ligação a D. Pedro V existe desde o primeiro número do jornal, que se apresenta como “Dedicado a S. M El-Rei o Sr. D. Pedro V”. A morte do jovem rei, em Novembro de 1861, gerou consternação geral, passando o jornal a ser “Dedicado à memória de el-rei o senhor D. Pedro V”

<sup>4</sup> Entre outros aspectos, destaca-se a colagem de D. João IV à figura do Desejado. O milagre de figura de Cristo que desprende a mão da cruz contribuiu igualmente para a tradição.

*e ordem* (1887), atesta como ao nível das publicações periódicas, se faz um esforço de presentificação deste evento histórico, junto da população.

Em *Portugal Independente*, a publicação do Manifesto da Associação 1º de Dezembro<sup>5</sup> e o número comemorativo da efeméride concorrem para aquilo de Eric Hobsbawm designa por “tradição inventada” e que se traduz por “uma série de práticas, em geral orientadas por regras abertas ou tacitamente aceites, de natureza ritual ou simbólica que procura inculcar certos valores e normas de comportamento através de uma repetição a qual implica automaticamente uma ligação com o passado”<sup>6</sup>.

A celebração do 1º de Dezembro configura-se, pois, como um constructo simbólico que traz para o presente elementos do passado e que os molda de acordo com um objectivo específico. Num momento em que surgia, por força das ideologias emergentes na Europa, o incentivo às federações entre Estados, de que a unificação de Itália e da Alemanha são apenas dois exemplos, e que o convite à união ibérica parecia atrair alguma da elite nacional, era necessário recuperar um acontecimento que pudesse modalizar a ideia de “independência” – ou a recusa da união ibérica, enquanto ideologia nacionalista.

Por marcar o fim do domínio filipino, o 1º de Dezembro apresenta-se como o evento ideal para esta apropriação ideológica. Se até ao século XIX era um dia como os demais, configura-se a partir daí como o símbolo de independência nacional, sendo o seu culto institucionalizado, através da criação de um dos primeiros feriados nacionais e da edificação do obelisco comemorativo da Praça dos Restauradores.

O título *A Independência Nacional* (1867) não é objectivamente órgão da ideologia anti-ibérica; no entanto apresenta-se como um jornal de oposição ao Governo, tomando “por divisa a liberdade, nas suas mais generosas e amplas manifestações”. Tal posicionamento aproxima este título de *O Independente* (1821-1822), já que a preocupação fundamental de ambos é a liberdade, decorrente do regime liberal. No número 24, no entanto, a questão da independência é alvo de atenção especial, ao fazer-se eco de uma intervenção do Conde do Lavradio no parlamento, na qual afirmara que a independência nacional estava em perigo, sendo a questão era debatida externamente, em Londres e em Madrid. De acordo com *A Independência Nacional*, a ausência de

---

<sup>5</sup> *Portugal Independente* (1861), nº 3: 4 e nº 4: 3. O Manifesto aparece assinado com a data de 25 de Agosto de 1861.

<sup>6</sup> Hobsbawm, 1988: 4

explicações do governo configura um crime e uma traição à pátria. Perante um assunto tão sensível, o periódico sintetiza desta forma o sentimento nacional: “Há um só partido – a nação. Um só grito – viva a pátria. Um sentimento único – (...) salvai a pátria”<sup>7</sup>.

O periódico é também sensível à crise política que agita a Espanha e onde existe um “partido ibérico que pensa loucamente aclamar o senhor D. Luís de Portugal, imperador da Ibéria”<sup>8</sup>.

O clima de instabilidade em Espanha conduzirá, finalmente, à Revolução de 1868. Isabel II de Espanha é destituída e caberá aos orquestradores da revolução procurar uma solução que garanta a governabilidade do país. D. Fernando II, viúvo de D. Maria II, rei consorte de Portugal, e que em diferentes ocasiões desempenhara funções de regência, é sondado, e embora recuse o trono, os termos da aceitação chegam a ser negociados pelo diplomata Fernandez de los Rios, que publicará, posteriormente, *Mi Mission en Portugal*, obra que merecerá ampla contestação. Um dos exemplos mais importantes desta contestação é *Portugal e os seus Detractores* (1877), que chega pela mão de Luís Augusto Palmeirim, um dos membros fundadores da Associação 1º de Dezembro.

A recusa de D. Fernando II garantirá que Portugal e Espanha não se unam, num momento em que também o ideário republicano apontava para a via da federação (que permitiria a manutenção da identidade cultural e política dos territórios federados) como forma de solucionar o atraso peninsular, tal como Antero o sintetizará na célebre conferência *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, em 1871.

É também a partir da década de 70 do século XIX que a ideia de nacionalismo se começa a agregar à ideia de colonialismo. Não é de estranhar, por isso, que *A Independência* (1870), no seu texto inicial afirme como suas preocupações fundamentais o “Progresso intelectual e material da pátria, o desenvolvimento das colónias, a reforma da administração, a mais estrita economia dos dinheiros públicos, o respeito pelo povo e pela representação nacional (...)”. No entanto, esta preocupação colonialista não se reflecte noutros textos introdutórios dos jornais intitulados *Independente* ou *Independência* e que são publicados até ao final do século.

---

<sup>7</sup> *A Independência Nacional*, n.º. 24: 1

<sup>8</sup> *A Independência Nacional*, n.º 61: 1

*O Independente: semanario politico, litterario e noticioso* (1879-1881) deseja “combater à outrance a desmoralização profundíssima da época”, e que resulta do “governo imoral, corrupto e corruptor”<sup>9</sup> de Fontes Pereira de Melo.

*O Independente* (1889), de que só foi publicado um número, persegue a verdadeira independência – entendida como imparcialidade – face ao facciosismo que existe em todas as áreas.

Nestes dois exemplos, a defesa da pátria não aparece directamente associada a uma ideologia nacionalista ou anti-ibérica: o combate faz-se, mais uma vez, a nível interno contra os governantes do tempo ou pela vocação da imparcialidade.

*A independência portugueza* (1890) é um jornal bilingue, escrito em português e francês, e que tem uma epígrafe de Jefferson: “Tout homme a deux patries, la sienne et la France!”. Tal epígrafe dá-nos pistas sobre o posicionamento ideológico do periódico: Jefferson foi o terceiro presidente dos Estados Unidos, o principal autor da Declaração de Independência e um defensor dos ideais republicanos. Assim, ainda que, no número 1, se afirme como “arbitre impartial et consciencieux”, *A independência portugueza* nasce sob o signo do republicanismo.

O partido republicano fora fundado em 1876. Defendendo que a monarquia contribuía para o alheamento dos portugueses em relação à pátria, quatro anos depois, os republicanos associar-se-ão ao quadricentenário da morte de Camões. O épico, apropriado pelo ideário republicano, surge como símbolo do génio português, contrastando com a decadência do presente. O cortejo até à estátua de Camões, que terá reunido 40 mil participantes, junta-se, enquanto fenómeno de comemoração de massas, às celebrações do 1º de Dezembro, concorrendo ambos para o fortalecimento da consciência de pertença a uma pátria comum, incluindo esta os territórios ultramarinos.

Preparando a Europa a corrida a África, várias hipóteses de ocupação do continente são colocadas. Portugal apresenta, em 1886, o Mapa Cor-de-Rosa, assinalando a sua pretensão de unir Angola a Moçambique. Tal projecto colidia com o projecto britânico de unir o Cairo ao Cabo. A 11 de Janeiro de 1890, é exigida a retirada dos portugueses do território em que os interesses britânicos e portugueses se sobrepunham. A dependência portuguesa relativamente a Inglaterra, latente durante todo o século, vem de novo à tona, sendo a cedência ao Ultimatum sentida com

---

<sup>9</sup> *O Independente: semanario politico, litterario e noticioso*, nº1: 1

contestação e revolta. Ora, os ideais republicanos encontram no Ultimatum um terreno fértil para se disseminarem. A monarquia, que cede às pretensões britânicas, como tantas vezes antes o fizera, começa a ser sentida como um corpo estranho, incapaz de lidar com os destinos coloniais ou de assegurar a integridade do território.

*A independência portuguesa* dará conta da onda de indignação que agita o país, por exemplo, através da publicação de poemas satíricos, onde surgem as figuras do Zé Povinho “berrando, / Como um chibo na charneca” e de John Bull, que quer “roubar a África”<sup>10</sup>. No seu número 17, publicado já em 1891, o periódico eleva à categoria de título o nome do seu director – Raphael Gondry. Trata-se de um número único, como também o será *O João Chagas*<sup>11</sup>. A fusão dos nomes de personalidades que intervieram activamente na Revolta Republicana do 31 de Janeiro ao título do jornal clarifica – se dúvidas ainda houvesse – qual o seu posicionamento ideológico.

Enquanto título, *A independência portuguesa* tem um sentido dúplice: é tanto uma invectiva contra o Ultimatum britânico, que fazia perigar a integridade do território nacional, quanto é o apelo à implantação de um regime republicano, através do qual seria possível escapar ao sentimento de crise.

Passa quase um século até que chegue às bancas, em Maio de 1988, o projecto jornalístico de Miguel Esteves Cardoso e Paulo Portas, *O Independente*. E que Portugal existia em 1988? A República fora implantada em 1910; entre 1932 e 1974 o país vivera sob uma ditadura, que um golpe militar derrubara; os territórios ultramarinos eram independentes, depois duma guerra que durara anos e roubara a vida a muitos jovens. Depois do período conturbado do pós-25 de Abril, chegava-se, agora, a uma acalmia política e a uma prosperidade como talvez nunca se tivesse conhecido: reduzido ao território que ocupava no final do século XIII, Portugal vivia dias de euforia, proporcionados pela entrada na Comunidade Económica Europeia.

Joaquim Vieira, em *Portugal Século XX: Crónica em Imagens*<sup>12</sup>, lembra que nos anos 80, a maioria da população era constituída por jovens com cerca de 20 anos, que não tinham uma memória efectiva do 25 de Abril e não se identificavam com o discurso da geração anterior. Por isso, alguns grupos de jovens recuperam valores conservadores,

---

<sup>10</sup> *A independência portuguesa*, nº 2, 26 de Outubro de 1890

<sup>11</sup> *O João Chagas*, número único, Abril de 1891. João Chagas será o primeiro primeiro-ministro republicano.

<sup>12</sup> Vieira, 2000: 114

com o elogio da portugalidade e o apreço pelo passado histórico. O lançamento de *O Independente* marca essa geração.

Trata-se de “um semanário que alcança o sucesso na base da agressividade contra o *statu quo* político e da identificação com a geração jovem, através de uma mistura de irreverência com conservadorismo.”<sup>13</sup> Apontam-se-lhe como características fundamentais o olhar cínico sobre a política, uma linguagem irónica, arejada e que contrastava com a linguagem jornalística típica e uma tentativa de recuperar a Direita.

No Estatuto Editorial do semanário diz-se que “o primeiro valor é Portugal. Será defendido o conceito de Pátria, no sentido mais amplo de unidade essencial de território e cultura. Portugal é um todo.” Simultaneamente, assume-se que “O Independente não acredita na neutralidade. Politicamente é democrata e conservador.” e “entende o mercado como princípio de vida económica e insiste que é preciso devolver à iniciativa privada os direitos que o Estado português lhe nega”. Define-se a preocupação como a cultura, enquanto “resultado permanente da actividade social”, falando “mais do que é português, seja melhor ou não”<sup>14</sup>.

Num momento em que a maioria dos órgãos de comunicação social ainda depende do controlo do Estado, um semanário que nasce da iniciativa privada e que se intitula *O Independente* sugere ser o garante de uma imprensa livre. Mas é também uma imprensa que nega o princípio da neutralidade, surgindo como herdeira da tradição da *party press* – a imprensa de opinião e comentário, que geralmente se dirige a leitores de um espectro político bem definido – e do Novo Jornalismo, que floresceu a partir da década de 60 nos EUA e cujos pilares são a subjectividade nos relatos e a retoma do jornalismo de investigação.

No número 1, a coluna “Antes pelo Contrário”<sup>15</sup> apresenta uma reflexão sobre a “Atracção fatal”<sup>16</sup> que representa a entrada de Portugal na CEE, perante a qual o conservador não se deslumbra, preferindo interrogá-la ao lembrar a antiguidade da pátria e ao sublinhar o carácter específico da identidade nacional, resultado quer da opção atlântica, quer da recusa ibérica. Fazer parte da “Europa das nacionalidades”

---

<sup>13</sup> Vieira, 2000: 114

<sup>14</sup> Estatuto Editorial, *O Independente*, nº 1, 20 de Maio de 1988

<sup>15</sup> Esta coluna, assinada por Paulo Portas, acabará por se transformar no editorial do semanário.

<sup>16</sup> “Atracção Fatal”, *O Independente*, nº 1, 20 de Maio de 1988

implica “abdicar da independência tal e qual a conhecemos, da soberania tal e qual a entendemos e da fronteira tal e qual a defendemos”<sup>17</sup>.

Poderia traçar-se, pois, aqui uma relação directa entre o título escolhido – *O Independente* – e a ideologia nacionalista que nele se defende, dado que o título retoma um conceito caro aos portugueses, a sua marca distintiva, diferenciadora e fracturante, no contexto peninsular.

No entanto, numa conversa informal mantida com um dos fundadores do jornal, Paulo Portas, foi revelado que a escolha do título não tinha obedecido a nenhum propósito explícito de ir ao encontro nem de uma ideologia, nem de uma tradição titológica, se tivermos em conta os títulos similares que foram publicados no decurso do século XIX. A inspiração veio por via britânica, a partir do jornal *The Independent*, fundado em 1986. E, por um acaso da sorte, o título *O Independente* não estava registado em Portugal. Não se tratou duma inspiração ideológica, já que *The Independent* tem um posicionamento político de esquerda.

Neste caso, o problema do título reconfigura-se: como qualquer nome próprio, um título é um continente sem conteúdo. Os motivos da nossa escolha são sempre variados. Podem decorrer de um gosto particular ou duma tradição que prevalece na família ou comunidade. Para ser validado, qualquer nome e, por extensão, qualquer título, carece de registo, o que permite ao seu portador identificar-se perante os outros e distinguir-se deles. É durante esse processo de individuação que o conteúdo vai preenchendo o continente.

Um periódico que contenha no título os vocábulos “independente” ou “independência”, conjugados ou não com outras palavras, actua ao nível das expectativas e memória colectiva do público. Se por um lado, sugere a promessa duma imprensa livre, aspecto que é sistematicamente dito nos textos programáticos dos jornais do século XIX abordados ao longo deste artigo, os títulos actuam também ao nível da afectividade, lembrando aquele que é um dos conceitos mais caros aos portugueses.

Nalguns casos, como em *Portugal independente* (1861), a ideia de “independência” vincula-se à recusa da união com Espanha, tal como ela foi pensada no quadro de várias uniões e federações europeias; noutros casos, ser “independente”

---

<sup>17</sup> “Atracção Fatal”, *O Independente*, nº 1, 20 de Maio de 1988

equivale ao assumir de um posicionamento ideológico e político que constitui uma novidade e que nasce em oposição a outros. Tal acontece com *O Independente* (1821-1822) e com a *A independência portuguesa* (1890-1891): no primeiro caso, o jornal é órgão do regime liberal, recentemente instituído; no segundo é uma antecipação do regime republicano por implantar.

O apelo à consciência da “independência” implica o reconhecimento do Outro, ao qual nos opomos e com o qual não nos confundimos. Exige o estabelecimento de uma fronteira e, conseqüentemente, a fundação de uma territorialidade. Nessa medida, cada um dos periódicos abordados ao longo desta exposição, é uma peça na construção da imagem e do imaginário de Portugal como nação.

## Bibliografia Activa

*A Independência* (1870) / red. Manoel Eduardo da Motta Veiga, Joaquim d'Almeida da Cunha, Elezario Vaz Preto Cazal, nº 1, 18 de Janeiro de 1870

*A independencia nacional* (1867-1869) / ed. resp. Augusto Pedro Coelho, nº 1 (6 Fev. 1867) -s. 2, nº 10 (5 Abr. 1869), Lisboa: A.P. Coelho

*A independência portuguesa* (1890-1891) / red. Raphael Gondry. A. 1, nº 1 (19 de Out. 1890) – A. 2, nº 2 (Abr. 1891), Porto: Paulo Duchâteau

ALVARES, António Joaquim (1865), *Os Lusos ou a Dominação de Portugal, com a analyse conspícua do sr. Conselheiro José Feliciano de Castilho* [1862], Rio de Janeiro: Typ. de J. A. Alves Charega

*Federação Ibérica ou Idêas Geraes Sobre o que Convém ao Futuro da Peninsula por um Português* (1854)

Fernandez de los Rios, A. (s.d.), *Mission en Portugal : anales de ayer para enseñanza de mañana*, Paris: E. Belhatte, Lisboa: Bertrand, [19--]

*Independencia : periodico anti-iberico.*(1861), nº 1 (1 Dez. 1861), Lisboa: Typ. de M. da Madre de Deus

*Independencia e ordem* (1887), nº1 (3 Jul. 1887) – nº 10 (8 Set. 1887), Lisboa: Lucas & Filho, 1887

Mas, Sinibaldo de (1855), *A Iberia. Memoria sobre a Convivencia da União Pacifica e Legal de Portugal e Hispanha*, Lisboa: Typographia do Progresso

*O independente* (1821-1822) / Manuel Fernandes Tomás, José Joaquim Ferreira de Moura, nº 1 (22 Nov. 1821) – nº 72 (30 Mar. 1822), Lisboa: Typographia de Antonio Rodrigues Galhardo

*O Independente* (1889) / Pedro Mendes Grillo e Manoel Pinto de Macedo, nº 1 (3 Fev. 1889), Lisboa: P. M. Grillo

*O Independente* (1988) / SOCI Sociedade de Comunicação Independente; dir. Miguel Esteves Cardoso, Lisboa: Soci; Vasp (distrib).

*O independente : jornal politico, litterario, e commercial* (1836), nº 1 (20 Jan. 1836) – nº 207 (4 Nov. 1836), Lisboa: Typ. de A.S. Coelho

*O Independente: semanario politico, litterario e noticioso* (1879-1881), A1, nº 1, (8 Set. de 1879 – A3, nº 83 (4 Abr. de 1881), Lisboa: Typographia do Commercio de Portugal

Palmeirim, L. A. (1877), *Portugal e os seus Detractores*, Lisboa: Typ. Bibliotheca Universal

*Portugal independente : jornal anti-iberico, litterario e noticioso* (1861-1862) / red. Augusto José Gonsalves Fino, nº1 (5 Out. 1861) – nº 24 (14 Mar. 1862), Coimbra: Imprensa da Universidade

### **Bibliografia Passiva**

Anderson, Benedict (1983), *Imagined Communities*, Revised Edition, London: Verso [2006]

Catroga, Fernando (1993), “Nacionalistas e Iberistas”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal – O Liberalismo*, Vol. 5, Lisboa: Estampa, pp. 563-567

Genette, Gerard (1997), *Paratexts – Thresholds of Interpretation*, Cambridge: Cambridge University Press

Hobsbawm, Eric (1988), “Tradições Inventadas”, *Desporto e Sociedade – Antologia de Textos*, nº 80, Ministério da Educação/ Direcção Geral dos Desportos

Hobsbawm, Eric (1997), *A Questão do Nacionalismo – Nações e Nacionalismo desde 1780*, Lisboa: Terramar

Leal, Ernesto Castro (1999), *Nação e Nacionalismos – A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa: Cosmos, 1999

Lourenço, Eduardo (1978), “Psicanálise mítica do destino português”, in *O Labirinto da Saudade*, 4ª ed., Lisboa: Gradiva [2005], pp. 23-66

Lourenço, Eduardo (s.d.), *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, 4ª edição aumentada, Lisboa: IN-CM [1994]

Marques A. H. de Oliveira (1995), *Breve História de Portugal*, 6ª ed., Lisboa: Presença, [2006]

Martins, Armando Yebra (1994), *El Iberismo: Perspectiva de una Evolución*, Lisboa: Palas Editores

Pereira, Maria da Conceição Meireles (1995), *A Questão Ibérica – Imprensa e Opinião (1850 -1870)*, 2 volumes, Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto

Pinto, M. [et al.], coord.(2000), *A comunicação e os media em Portugal: 1995-1999: cronologia e leituras de tendências*, Braga: Universidade do Minho. Instituto de

Ciências Sociais. Departamento de Ciências da Comunicação, pp. 31-51. Em:  
<http://hdl.handle.net/1822/1227>

Rafael, Gina Guedes e Santos, Manuela (2002), *Jornais e Revistas Portugueses do Séc. XIX* – 2 volumes, Lisboa: Biblioteca Nacional

Saraiva, António José (1994), “Algumas feições persistentes da personalidade cultural portuguesa”, in *A Cultura em Portugal – Livro I*, 3ª ed., Lisboa: Gradiva, [2007], pp. 73-107

Silva, Innocêncio Francisco da (1883), *Diccionario Bibliographico Português* – Tomo X, Lisboa: Impr. Nacional [1858-1958], pp. 35-48

Smith, Anthony D. (1997), *A Identidade Nacional*, Lisboa: Gradiva

Smith, Anthony D.(1999), *Nações e Nacionalismo Numa Era Global*, Oeiras: Celta

Vieira, Joaquim (2000), *Portugal Século XX: Crónica em Imagens – 1980-1990*, Lisboa: Círculo de Leitores